

Responsabilidade Fiscal no Contexto das Relações Federativas

COREM/STN

11 de junho de 2018

Situação Fiscal dos Estados em Breves Números

Resultado Orçamentário (R\$ milhões)

| DISCRIMINAÇÃO | 2014 | 2015 | 2016 | 2017*** | Variação Nominal 2016-2017 | Variação 2015-2016 (%) | Variação 2016-2017 (%) |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|----------------|----------------------------|------------------------|------------------------|
| I - Receita Primária Bruta | 627.268 | 662.623 | 696.755 | 741.641 | 44.886 | 5,2% | 6,4% |
| II- Despesa com Transferências aos Municípios | 112.535 | 117.799 | 121.898 | 129.666 | 7.768 | 3,5% | 6,4% |
| III- Receita Primária Líquida (I-II) | 514.732 | 544.824 | 574.856 | 611.975 | 37.118 | 5,51% | 6,46% |
| IV- Despesa Primária | 524.294 | 543.938 | 575.032 | 592.964 | 17.932 | 5,7% | 3,1% |
| V- Despesa Financeira Líquida* | 38.077 | 43.971 | 26.772 | 37.372 | 10.600 | -39,1% | 39,6% |
| VI- Necessidade de Financiamento Bruta (V+IV-III) | 47.639 | 43.086 | 26.947 | 18.362 | - 8.586 | -37,46% | -31,86% |
| VII- Fontes de Financiamento | 36.361 | 23.170 | 15.382 | 17.055 | 1.673 | -33,6% | 10,9% |
| Alienação de Ativos** | 1.955 | 2.337 | 206 | 1.241 | 1.035 | -91,2% | 502,9% |
| Operações de Crédito | 34.405 | 20.833 | 15.176 | 15.814 | 638 | -27,2% | 4,2% |
| VIII - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO | - 11.278 | - 19.915 | - 11.565 | - 1.306 | 10.259 | -41,93% | 88,70% |
| IX - Atrasos/Deficiência (-VIII) | 11.278 | 19.915 | 11.565 | 1.306 | -10.259 | -41,9% | -88,7% |

* Valores deduzidos de receitas de juros e remuneração de aplicações financeiras recebidas

** Deduzidas da aquisição de títulos de crédito

*** **Dados Preliminares**

Fonte: Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2016 (para dados até 2016)

Até 2016 havia um debate posto sobre as finanças dos entes subnacionais

G1

RIO GRANDE DO SUL 

Governo do RS usa alternativas para amenizar crise, mas vê dívida aumentar há décadas

Análise nas contas públicas desde a década de 1970 mostra que o estado esteve sempre no vermelho. Série especial do RBS Notícias vai mostrar o quadro.



Por Cristine Gallisa, RBS TV
15/11/2017 19h46 - Atualizado 16/11/2017 23h20

UOL notícias Cotidiano

ÚLTIMAS ▾ CIÊNCIA E SAÚDE ECONOMIA ▾ INTER JORNAIS POLÍTICA ELEIÇÕES 2018 UOL

Com salários atrasados, servidores do RN sofrem com dívidas e indefinição de pagamento

Carlos Madeiro
Colaboração para o UOL, no Rio 05/01/2018 | 04h00

 MENU 

RIO DE JANEIRO

19/05/2016 20h28 - Atualizado em 19/05/2016 20h28

Especialistas analisam problemas financeiros enfrentados pelo RJ

RJTV mostra que economistas analisaram números de contas do estado. Governo diz que crise financeira é histórica e pegou estados de surpresa.

E a LRF?

8. Comentários finais

Regras fiscais difundiram-se por vários países ao longo das duas últimas décadas. É possível visualizar uma sensível melhora dos resultados primários nos países que as implementaram por lei. Não é claro, entretanto, a relação de causalidade, isto é, se foram tais mecanismos que levaram a uma melhora dos resultados ou se estes foram aprovados exatamente porque já existia uma mudança de postura fiscal. Além disso, como procurou se discutir, os problemas de tornar as regras efetivas são freqüentes, mesmo nos países desenvolvidos. Parece incontroverso, contudo, que as regras fiscais têm a vantagem de aumentar o foco sobre as finanças públicas e de facilitar a resistência às pressões pelo desequilíbrio orçamentário, quando o poder executivo está mais motivado pela austeridade das contas públicas.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes . Breves comentários sobre a experiência internacional com leis de responsabilidade fiscal in Responsabilidade na Gestão Pública: os desafios dos municípios. 1ed. Câmara dos Deputados. Brasília: 2008, v. 1, p. 35-54.

O que estamos fazendo?



Obrigada!

Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios– COREM



TESOURO NACIONAL